

# GAZETA MERCANTIL

## 21 AGO 1990

# Redução de 21% dos investimentos

Cleide Castro  
de Brasília

A revisão do orçamento de investimento das empresas estatais, para este ano, fixado em Cr\$ 587,87 bilhões, apresenta uma redução real de 21%, em comparação com os valores fixados em 1989, e de 44% em relação ao orçamento originalmente proposto para 1990. A definição é do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento e consta da exposição de motivos da ministra Zélia Cardoso de Mello que acompanha o projeto de lei de revisão orçamentária dos investimentos das estatais divulgada, ontem, pelo Palácio do Planalto. O projeto seguiu para o Congresso Nacional.

De acordo com a justifi-

cativa apresentada pela ministra, a redução decorre, basicamente, das novas previsões de receitas das entidades e da necessidade de ajuste às metas de contenção do déficit público. Zélia Cardoso de Mello ainda informa que a elaboração da proposta de orçamento contou com a participação ativa das entidades e dos respectivos órgãos de supervisão, solidários no trabalho conjunto do governo visando à estabilização econômica.

Dos Cr\$ 587,87 bilhões — calculados com base nos valores realizados até abril último e projetando-se para os oito meses restantes —, exatos Cr\$ 465,81 bilhões deverão ser canalizados para o Ministério da Infra-Estrutura. E o Ministério

da Economia é o segundo maior beneficiado no demonstrativo dos investimentos por órgãos, com Cr\$ 93,61 bilhões, enquanto a menor quantia, Cr\$ 5 milhões, coube ao Ministério da Marinha. Em atendimento à Lei nº 8.029/90, foi definido o montante de recursos a ser destinado ao trabalho de extinção, dissolução e privatização de empresas. Serão Cr\$ 6,62 bilhões.

Na especificação das fontes de receitas, que serão utilizadas para a cobertura das despesas fixadas no orçamento, o item "geração própria/outros recursos de longo prazo" destaca-se em primeiro lugar com um total de Cr\$ 468,32 milhões. Em seguida, são relacionadas as operações de crédito de longo prazo internas e

externas; e os recursos para aumento do patrimônio líquido, que envolvem o Tesouro Nacional e "demais" fontes.

Segundo a ministra da Economia, esta proposta consolida o esforço do governo para adequar os gastos das empresas estatais à efetiva disponibilidade de recursos e obedece ao disposto no artigo 14 da Lei nº 7.999/90, que veda o endividamento junto a empreiteiras, fornecedores ou instituições financeiras, para compensar eventual frustração da receita. Mas o projeto de lei enviado pelo presidente Collor com a revisão do orçamento de investimentos das estatais prevê a possibilidade de abertura de crédito suplementar, pelo Executivo, para cada subprojeto ou sub atividade, até o limite de 20% do respectivo valor por empresa, desde que respeitado o limite global fixado ou mediante a utilização de recursos excedentes gerados pela própria empresa.

O detalhamento dos recursos destinados a cada uma das empresas estatais não foi divulgado pelo governo, ontem. Os números disponíveis mostram apenas os valores globais dos ministérios aos quais as empresas estão vinculadas.

## Adequar os gastos

Em 27.07.90

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O artigo 16 da Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990, de conformidade com o disposto no artigo 165, § 5º, inciso II, da Constituição, determina ao Poder Executivo que apresente, até 31 de julho próximo futuro, proposta de revisão do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais, com o objetivo, dentre outros, de reduzir a despesa fixada.

2. A revisão ora proposta a Vossa Excelência, coerente com as metas do Plano de Estabilização Econômica, consolida o esforço do Governo para adequar os gastos das empresas estatais à efetiva disponibi-

lidade de recursos, e obedece estritamente ao disposto no art. 14 da Lei nº 7.999/90, que veda o endividamento junto a empreiteiras, fornecedores ou instituições financeiras, para compensar frustração da receita.

3. De acordo com a presente proposta, os investimentos globais das referidas empresas totalizam Cr\$ 587.870.068.000,00 (quinhentos e oitenta e sete bilhões, oitocentos e setenta milhões e sessenta e oito mil cruzeiros), calculados com base nos valores realizados até abril último e projetando-se para os meses seguintes gastos a preços constantes.

4. A presente revisão indica uma redução real de 21% no investimento das Empresas Estatais relativamente à realização de 1989, e de 44% com relação ao orçamento originalmente proposto para 1990. Essa redução decorre basicamente das novas previsões de receitas das entidades e da necessidade de ajuste às metas de contenção do déficit público.

5. A elaboração da proposta contou com a participação ativa das entidades e dos respectivos órgãos de supervisão, solidários no trabalho conjunto do Governo visando à estabilização econômica.

6. Nestas condições, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo do anteprojeto de lei, que visa reprogramar o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para o corrente exercício.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

a) ZÉLIA MARIA CARDOSO  
DE MELLO  
Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento

## Reprogramação

### PROJETO DE LEI O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 10. A despesa do Orçamento de Investimento relativo a 1990, das Empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, aprovado pela Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990, observada a programação em Anexo a esta lei, é fixada em Cr\$ 587.870.068.000,00 (quinhentos e oitenta e sete bilhões, oitocentos e setenta milhões e sessenta e oito mil cruzeiros), com o seguinte desdobramento:

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS POR ÓRGÃOS	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR Cr\$ mil
Presidência da República	4.182.669
Ministério da Aeronáutica	6.434.852
Ministério da Agricultura e Reforma Agrária	5.856.754
Ministério da Infra-Estrutura	465.813.123
Ministério da Educação	118.468
Ministério do Exército	1.876.032
Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento	93.618.023
Ministério da Justiça	182.945
Ministério da Marinha	5.000
Ministério da Saúde	501.786
Ministério do Trabalho e da Previdência Social	2.656.165
Entidades em Extinção, dissolução ou privatização (Lei nº 8.029/90)	6.624.251
<b>TOTAL</b>	<b>587.870.068</b>

Art. 2º. As fontes de receita, destinadas à cobertura da despesa fixada no artigo anterior, vedado o endividamento junto a empreiteiras, fornecedores

ou instituições financeiras, para compensar frustração de receita, são estimadas com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR Cr\$ mil
Geração própria/outros recursos de longo prazo	468.321.088
Recursos para aumento do patrimônio líquido	59.251.697
— do tesouro	15.710.692
— demais	43.541.005
Operações de crédito de longo prazo	60.297.283
— internas	24.541.496
— externas	35.755.787
<b>Total</b>	<b>587.870.068</b>

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I — abrir créditos suplementares para cada subprojeto ou subatividade, até o limite de 20% (vinte por cento) do respectivo valor por empresa, desde que respeitado o limite global fixado; e

II — abrir créditos suplementares para cada subprojeto ou subatividade, até o limite de 20% (vinte por cento) do res-

pectivo valor por empresa, mediante a utilização de recursos excedentes por esta gerados.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se o disposto no Anexo relativo ao Orçamento de Investimento das Empresas Estatais, a que se refere o art. 13 da Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990 e as demais disposições em contrário.

PORTO ALEGRE — Com um aumento de 1,27% na quarta semana de julho o custo da cesta básica calculado pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul subiu praticamente 8,6% durante o mês. Cabe destacar que em julho deste ano o aumento foi de 17,00%.